

**AO DOUTO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA
EMPRESARIALE DE CONFLITOS RELACIONADOS A ARBITRAGEM DA
COMARCA DE CAMPINAS - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo n.º 1001819-89.2023.8.26.0699

CREDIBILITÄ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA.,
no processo de Recuperação Judicial de autos supracitados, em que é Requerente
a empresa **NOVA ERA INDÚSTRIA COMÉRCIO TRANSPORTE EXPORTAÇÃO
E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, vem, respeitosamente,
à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

I – MANIFESTAÇÕES DA RECUPERANDA

À fl. 625 a NOVA ERA informou que comunicou sobre a suspensão a
que se refere o art. 6º, §2º da LREF aos juízos competentes, conforme determinado
por este d. Juízo na r. decisão de fls. 560/566.

Outrossim, às fls. 708, a Recuperanda apresentou contraproposta
sobre as condições de pagamento aos honorários pleiteados por esta profissional
(fls. 606/614), requerendo o seu parcelamento em 72 (setenta e duas) vezes, ao
invés de em 36 (trinta e seis) vezes. E às fls. 711 informou quanto ao pagamento
da taxa respectiva à publicação do Edital de credores a que se refere o art. 52, §1º
da LREF.

À fl. 713 foi determinada a intimação da Administradora Judicial para manifestação sobre a contraproposta constante à fl. 708.

Sobre a questão, veja-se, Excelência, que a contraproposta apresentada pelo NOVA ERA não pode ser aceita, pois a estimativa média de duração do processo é de 36 meses. Não seria razoável que, após finalizadas as atividades, na forma estabelecida na Lei 11.101/05, ainda houvesse pagamentos a título de **remuneração** pendentes de quitação por vários anos.

Com isso, a fim de equalizar a proposta apresentada às fls. 604/614 ao pleiteado pela Recuperanda às fls. 708, esta Administradora Judicial propõe que sua remuneração de 5% sobre o passivo declarado pela Recuperanda, cujo percentual que não foi objeto de impugnação pela NOVA ERA, seja pago em, no máximo, 40 (quarenta) parcelas mensais e consecutivas, com atualização anual pelo índice do TJ/SP (média do INPC/IGP-DI).

Desse modo, requer-se a intimação da Recuperanda acerca da nova condição de pagamento proposta à remuneração desta Administradora Judicial, em complemento ao contido às fls. 606/614, ou, desde já, a fixação pelo Juízo..

II – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FAZENDA NACIONAL

Às fls. 659 a PGFN opôs embargos de declaração da r. decisão de fls. 560/566, alegando a existência de omissão quanto à determinação dispensa de apresentação de certidões de regularidade fiscal pela Recuperanda para que exerça suas atividades.

Intimada, a Recuperanda aduziu à fls. 722/723 que inexistiu omissão “*haja vista que as CNDs serão exigidas por este r. juízo e apresentadas pela recuperanda no momento oportuno*”. Requereu, assim, a rejeição dos embargos declaratórios.

A questão foi apreciada pelo d. Juízo (fls. 726), que negou provimento aos embargos opostos, pois “*a Recuperanda pode efetuar o pagamento do débito ou proceder ao parcelamento da dívida, não havendo que se falar em omissão pelo juízo neste momento processual*”.

III - PEDIDOS DE HABILITAÇÃO NOS AUTOS

Conforme se infere das fls. 677/696, o credor DAVOS SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A requereu a sua habilitação nos autos, para acompanhamento dos atos judiciais. No mesmo sentido, os credores RISEL COMBUSTÍVEIS LTDA (fls. 730/741), que apresentou procuração atualizada às fls. 791, e ACVIL SECURITIZADORA S/A (fls. 744/754).

Por fim, à fl. 764, o credor SORO-CASA DA BORRACHA LTDA., informou que “*está de acordo com valor de seu crédito, no importe de R\$ 22,50, classificado na Classe III– quirografária*”.

De início, é de se anotar que os pedidos apresentados pelos DAVOS e RISEL, se referem tão somente a pedido de habilitação nos autos para acompanhamento do feito, razão pela qual não há oposição ao seu deferimento.

De outro lado, manifesta ciência quanto ao comunicado pelo credor SORO-CASA, informando aos credores que, nos termos da r. decisão de fls. 560/566, item 2, ‘a’, os pedidos de habilitação/divergência de crédito deverão ser

realizados por meio de requerimento administrativo à esta peticionária, mediante apresentação dos documentos comprobatórios, no prazo previsto no art. 7º, §2º da Lei 11.101/05.

Ainda, reitera que se está à disposição de todos os interessados através do e-mail rjnovaera@credibilita.adv.br, bem como no site <https://credibilita.com.br/processo/nova-era-mais-suinos/>, ou então presencialmente (Av. Iguaçu, nº 2820, conj. 1001, Água Verde, Curitiba/PR) e ou por zoom, no horário comercial compreendido das 9h às 18h, de segunda à sexta-feira, mediante prévio agendamento pelo telefone/WhatsApp (41) 3242-9009.

IV – ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS

Esta Administradora Judicial reitera que, em atendimento ao determinado às fls. 560/566, comunicou às Juntas Comerciais em que a Recuperanda possui estabelecimento sobre o deferimento do processamento da presente recuperação judicial, conforme se infere dos comprovantes acostados às fls. 705/705.

Ainda, informa que enviou as correspondências aos credores, na forma do art. 22, I, 'a' da Lei 11.101/05, conforme comprovante em anexo.

De outro lado, em atendimento ao determinado nas r. decisões de fls. 560/566 e 788, esta profissional informa que o Relatório Inicial das atividades da Recuperanda foi apresentado por meio de incidente processual, protocolado nesta data (processo n. 10000541720248260354).

V – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, esta Administradora Judicial:

i) requer a intimação a intimação da Recuperanda acerca da proposta da nova condição de pagamento da remuneração desta Administradora Judicial, em complemento ao contido às fls. 606/614;

ii) manifesta ciência da rejeição dos Embargos de Declaração opostos pela PGFN, consoante r. decisão de fls. 726;

iii) não se opõe ao deferimento dos pedidos formulados pelos credores DAVOS, RISEL e ACVIL (fls. 677/696, 730/741 e 744/754), de habilitação nos autos para acompanhamento do feito, assim como, manifesta ciência quanto ao comunicado pelo credor SORO-CASA (fls. 764);

iv) informa que apresentou o relatório inicial distribuído apenso nesta data.

Nesses termos, requer deferimento.

Campinas, 28 de janeiro de 2024.

Alexandre Correa Nasser de Melo
OAB/PR 38.515

Ricardo Andraus
OAB/PR 31.117